



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

### Ata da Sessão Ordinária de 21 de junho de 2021

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu, no auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações da Biblioteca Municipal Almeida Garrett.

#### - PRESENTES -

**Eleitos:** Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; Sofia Borges Proença Mexia Alves, em substituição do Senhor Deputado André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Nuno do Amaral Correia Ricardo Romão, em substituição do Senhor Deputado Tiago Serano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Artur Jorge da Silva Braga; Artur Manuel Ferreira Ribeiro; Hugo Filipe Carvalho Teixeira Monteiro, em substituição do Senhor Deputado Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição do Senhor Deputado Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição da Senhora Deputada Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da



Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebi-  
ana Maria Ribeiro da Cunha, António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos San-  
tos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Gianpiero Freire  
de Zignoni, em substituição da Senhora Deputada Maria José Pinto de Mesquita  
de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Sara Patrícia Vale Guimarães, em substi-  
tuição da Senhora Deputada Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim  
Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pon-  
tes de Oliveira;

**Os Presidentes das Juntas de Freguesia:** Junta de Freguesia do Bonfim, Edu-  
ardo António Durães Rego, em substituição do Senhor Presidente, José Manuel  
da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Ne-  
ves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Alberto Bastos Torres,  
em substituição do Senhor Presidente, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta  
de Freguesia de Ramalde, Sérgio Paulo da Silva Messias Tormenta, em substi-  
tuição do Senhor Presidente, António Castanheira Fernandes Gouveia; União  
das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Álvaro Manuel Nunes da  
Silva Oliveira, em substituição da Senhora Presidente, Ana Júlia Teixeira da  
Motta de Almeida Campos Furtado; União das Freguesias de Cedofeita, Santo  
Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António José Gonçalves Fonseca;  
União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva  
Soares Maia.

**Às 21 horas** foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes **43 Deputados Municipais**.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a Sessão.

## **EXPEDIENTE**

(Expedido a 17/06/2021)

- Minutas das Atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas nos dias 24 de maio e 14 de junho de 2021.



- Editais com deliberações das reuniões da Câmara Municipal realizadas nos dias 31 de maio e 14 de junho de 2021.
- Proposta de deliberação aprovada em Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória realizada a 1 de junho de 2021.

**Entrou na sala o Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PSD).**

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** disse que teve conhecimento que um Deputado da Assembleia Municipal do Porto vai ser candidato por um Partido distinto daquele pelo qual foi eleito para aquele Órgão Deliberativo. Perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se recebeu alguma informação sobre o pedido de desvinculação desse Deputado, ou se ele continua a fazer parte do Grupo Municipal pelo qual foi eleito.

**Entrou na sala a Senhora Deputada Mariana Ferreira Macedo (PSD).**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, em resposta ao Senhor Deputado Rui Sá deu nota que não foi enviada à Mesa nenhuma informação sobre aquela matéria.

## **ATAS**

- Ata da Sessão Extraordinária de 24 de maio de 2021.

**Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros presentes participantes na Sessão de 24 de maio de 2021.**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Vítor Fernandes apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.**

(NUD/314203/2021/CMP)



**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** leu o seguinte Voto de Pesar: «Natural do Porto, Vítor Fernandes criou Natasha Semmynova em 1999, uma das *drag queens* mais conhecidas das noites do Porto.

Figura incontornável da cidade muito antes da sua participação no programa “The Voice Portugal”, Vítor Fernandes trabalhava como maquilhador profissional e frequentou a Academia de Música de Paredes, viveu na vanguarda do transformismo em Portugal, pela estética que adotou e pela forma como inscreveu a sua arte: era mestre-de-cerimónias no “Porto Drag Festival”, atuou em bares da cidade, como o Boys'r'us, o Moinho de Vento, Café Lusitano ou o Him/Syndikato, foi elemento central na festa “Porto Pride” que durante anos ocupou o Teatro Sá da Bandeira de 2002 até 2012 (data em que terminou) e, nos últimos anos, participou em várias sessões do ciclo Quintas de Leitura, do Teatro Municipal do Porto.

Como tantas outras pessoas, mas em particular artistas de diferentes áreas, Vítor Fernandes sofreu da pior forma o impacto da pandemia. Sem conseguir trabalhar desde março de 2020 – o seu trabalho como maquilhador e como artista deixou de ser requisitado, com bares e discotecas encerradas desde então – ao fim de quase um ano, encerrado entre as quatro paredes de uma casa húmida, foi-lhe diagnosticado cancro no pulmão que lhe tirou a vida em pouco meses.

Têm sido inúmeras as vozes, no Porto e no país, a lamentar esta perda. Dos canais televisivos por onde passou ou as figuras públicas que tocou, aos diversos palcos que pisou e onde fez cartaz (como a Festa da ABRAÇO), Vítor Fernandes marcou a vida artística da cidade do Porto, destacou-se pelo seu talento ligado à androginia e deixa um legado importante na forma como associou à arte o exercício de liberdade nas mais diversas expressões que ela pode assumir.

Assim, a Assembleia Municipal do Porto, reunida em sessão ordinária no dia 21 de junho de 2021, manifesta a sua profunda consternação pelo falecimento de Vítor Fernandes, exprimindo aos seus familiares e amigos o seu sentido pesar, respeitando um minuto de silêncio em sua homenagem».

Disse, ainda, a título pessoal, que Vítor Fernandes deixa não só a cidade, mas deixa dois idosos, os seus pais, que vivem com reformas lamentáveis, e deixa também irmãos que o amavam.



**- Voto de Pesar pelo falecimento de António Cardoso Pinheiro de Carvalho apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido.**  
(NUD/315783/2021/CMP)

**O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM)** apresentou o seguinte Voto de Pesar:  
«António Cardoso Pinheiro de Carvalho nasceu em Amarante em 1932.

Foi, pode-se dizer, uma figura que atravessou a Arte, a Cultura, as Letras, a Pintura e a Arquitetura de forma notável, numa relação entre a sua terra de nascimento e o Porto, que desde cedo, escolheu para viver e que o adotou.

O Professor António Cardoso conviveu com os maiores do século XX. Foi frequentador, parte ativa, ativista cultural em todas as grandes sedes de intervenção cultural e artística da nossa cidade.

Teve um papel importantíssimo, um legado de valor incalculável para a cidade, quando depois de uma carreira muito dedicada ao ensino e à pedagogia, onde foi pioneiro na Telescola, por exemplo, ainda nos anos 60, mais tarde, na Faculdade de Letras onde viria a fazer o seu doutoramento, dedica a sua inteligência, o seu esforço, a sua pesquisa e o seu trabalho, a estudar a obra do Arqt.º Marques da Silva. As grandes linhas da sua tese, apoiada por uma bolsa do INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica, entre 1986 e 1988, foram traçadas na exposição sobre Marques da Silva, na Casa do Infante, em 1986. Em 19 de novembro de 1992 defendeu, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, as provas de doutoramento submetidas ao tema “O Arqt.º José Marques da Silva e a Arquitetura no Norte do país na primeira metade do século XX”, tendo sido aprovado, por unanimidade, distinção e louvor.

Muito importante, o trabalho desenvolvido para a tese de doutoramento conduziu à doação do legado de Marques da Silva à Universidade do Porto, formalizada no testamento da Arqt.ª Maria José Marques da Silva, sua herdeira, em 1993, tendo como resultado a criação do Instituto Arqt.º José Marques da Silva, em 1994, hoje Fundação Instituto Arqt.º José Marques da Silva.

Foi também organizador de três destacadas exposições na nossa cidade: “Marques da Silva, Arquiteto – 1896/1947”, que teve lugar na Casa do Infante em



1986, “Casa de Serralves, Retrato de uma Época”, decorrida na Casa de Serralves em 1988 e “Aquarelas de Marques da Silva”, realizada nas instalações do Instituto Marques da Silva em 2001.

Professor jubilado da Universidade do Porto e Diretor do Museu Amadeo de Sousa Cardoso, António Cardoso Pinheiro de Carvalho faleceu no Porto a 3 de junho de 2021, aos 89 anos de idade.

A Assembleia Municipal do Porto aprova o presente o Voto de Pesar e endereça à sua família e à Universidade do Porto, as mais sentidas condolências».

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite,** colocou à votação os Votos de Pesar.

**- Voto de Pesar pelo falecimento de Vítor Fernandes apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.**

(NUD/314203/2021/CMP)

**Deliberação: Aprovado, por unanimidade.**

**- Voto de Pesar pelo falecimento de António Cardoso Pinheiro de Carvalho apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido.**

(NUD/315783/2021/CMP)

**Deliberação: Aprovado, por unanimidade.**

**Foi cumprido um minuto de silêncio.**

**Entrou na sala o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS).**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite,** deu início ao período de apresentação das Recomendações e Moções.



- **Recomendação “Prevenção e intervenção nos casos de perturbação de acumulação de animais” apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animaís-Natureza.**

(NUD/314246/2021/CMP)

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** referiu que aquela recomendação do PAN tem como objetivo lançar um alerta sobre um problema de saúde mental e de saúde pública, isto é, a questão da acumulação de animais conhecida como síndrome de Noé, que consiste em determinadas pessoas decidirem, consciente ou inconscientemente, acumular um elevado número de animais sem lhes proporcionar as condições ambientais e os necessários cuidados médico veterinários.

Disse que, quando a necessidade de albergar animais deixa de ser saudável e não existem condições de salubridade e bem-estar, quer para pessoas, quer para os animais, padece-se de uma perturbação de ordem psicológica que necessita de ajuda especializada.

Deu nota que existem estudos publicados pela Universidade de Aveiro sobre aquela matéria que referem a necessidade de se criarem estratégias, de haver formação especializada e de serem definidos protocolos. Deu como exemplo existir na Câmara Municipal de Sintra um grupo de trabalho criado para o desenvolvimento de um plano de intervenção municipal, constituído por uma equipa transdisciplinar, que se encontra atualmente a finalizar o protocolo de atuação municipal nessa matéria.

Disse que claramente aquele não é um problema de territórios específicos, é um problema que afeta o território nacional, cabendo, também, a cada Município encontrar as suas respostas locais, de forma a prevenir e a atuar numa perspetiva integrada.

Afirmou que o Município do Porto não é alheio àquela realidade, por isso o PAN, tendo recebido nota de situações referentes à perturbação de acumulação de animais, decidiu propor à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal do Porto a criação um grupo de trabalho para elaborar um manual de



procedimentos, definir um protocolo de atuação relativamente aos animais encontrados nessas circunstâncias e promover ações de formação sobre aquela perturbação.

**- Moção “Em memória das vítimas da rede bombista”, apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.**

(NUD/314347/2021/CMP)

**- Proposta “Por uma cidade que abraça a diversidade e defende os direitos LGBT+” apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.**

(NUD/314318/2021/CMP)

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** apresentou as duas propostas do Bloco de Esquerda. Deu nota que a primeira é uma Moção em memória das vítimas da rede bombista.

Lembrou que, entre outubro de 1975 e julho de 1976, houve situações de violência e um rasto de destruição por todo o país. No Porto, em outubro de 1975, a Tipografia Inova foi alvo de um atentado e uns dias antes, 21 de outubro, tinha sido lançado um engenho explosivo contra as instalações da Livraria Avante; em 7 de novembro foi colocada uma bomba na entrada do Rádio Clube Português; em 7 de janeiro de 1976, deflagrou uma bomba na Cooperativa Árvore e na noite de 14 de janeiro, foi colocado um engenho explosivo nas instalações do SAAL/Norte – Serviço de Apoio Ambulatório Local; em 5 de março uma bomba destruiu automóvel do Arqt.º Alves Costa e em 22 de março a Faculdade de Economia do Porto foi atingida por uma bomba colocada junto à porta principal, tendo provocado danos no Lar das enfermeiras do Hospital de S. João. Referiu que os apoiantes do regime de Salazar, beneficiários da opressão e exploração sobre os povos das colónias, defensores da censura, da repressão e da polícia política tornaram possível que aquilo acontecesse.

Deu conta que houve autores morais e materiais que financiaram centenas daquelas ações terroristas e nunca foram condenados pelos seus atos.



Disse que o BE entende que não se pode deixar cair no esquecimento aquele momento da história e que se deve reclamar justiça, nem que seja pela inscrição na memória, lembrando as vítimas daquela inconcebível violência.

Relativamente à segunda proposta “Por uma cidade que abraça a diversidade e que defende os direitos LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero, chamou a atenção para o facto de a pandemia ter tido um impacto significativo na realidade daquelas pessoas. Informou que a Agência Europeia dos Direitos Fundamentais divulgou, no início da pandemia, o risco elevado que aquelas pessoas enfrentam no seu quotidiano e a forma como o cenário de pandemia agudiza a vulnerabilidade, a discriminação e o preconceito, sublinhando o papel que a política local deve ter naquele âmbito.

Recordou que recentemente o Governo da Hungria aprovou uma Lei anti LGBT, que o BE repudia, e lembrou que a Marcha LGBT do Porto apresentou uma petição para que seja atribuído o nome de Gisberta Salce Júnior, uma mulher transsexual que foi assassinada na cidade do Porto, a uma rua da cidade.

Disse que, por todas as razões elencadas, o BE entende que a Assembleia Municipal deve saudar a realização da 16.ª Marcha do Orgulho LGBT na cidade do Porto e repudiar a iniciativa de criação da Lei anti LGBT. Deve, também, recomendar à Câmara que hasteie a bandeira arco-íris nos Paços do Concelho, que acolha a proposta da comissão organizadora para que se dê o nome de Gisberta Salce Júnior a uma rua da cidade e que promova a elaboração de um Plano Municipal LGBT com a identificação das dificuldades e das necessidades e que apresente respostas em áreas específicas como a saúde, a educação e a cultura.

Deu nota que o BE vai votar favoravelmente todas as Moções e Recomendações apresentadas, que subscreve nas suas intenções políticas.

**- Recomendação “Horta Comunitária da Rua de Serralves” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.**

(NUD/314409/2021/CMP)



**- Recomendação “Pela Preservação, Reabilitação e Inserção em Circuitos Culturais e Museológicos dos Fornos da Fábrica de Louças de Massarelos” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.**

(NUD/314433/2021/CMP)

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** referindo-se à visita ao Ramal da Alfândega, felicitou o Senhor Presidente e, em particular, os funcionários municipais que a organizaram e que acompanharam os Deputados, tanto os do Urbanismo, como os da própria Assembleia Municipal. Agradeceu a forma exemplar como a visita decorreu, crendo que ajudou, pelo menos àqueles que participaram, a conhecer melhor aquele espaço para que possam formular uma opinião mais adequada. Mostrou-se surpreendido com o facto de existirem dezenas de hortas comunitárias em terrenos adjacentes ao Ramal da Alfândega, mas a proposta que apresentou diz respeito a um terreno municipal. Disse que os moradores de uma nova urbanização constaram que aquele terreno não tinha tido qualquer tipo de tratamento, estando transformado num matagal onde eram depositados resíduos, inclusive seringas, tendo, por isso, decidido começar a limpar e a tratar daquele espaço, substituindo-se à Câmara. Depois, plantaram plantas aromáticas, transformando-o num espaço extremamente agradável. Deu nota que, na sequência de uma visita de funcionários municipais da ECOlinha, que eles próprios solicitaram, foi formalizado um pedido de cedência daquele terreno à Câmara Municipal, o qual foi indeferido pelo facto de existir para lá um projeto. Disse que o referido projeto foi homologado pelo Senhor Presidente da Câmara em 2017 e, até à data, não foi concretizado. Propôs que o terreno fosse cedido àqueles moradores, de uma forma precária, e quando a Câmara decidisse fazer uma intervenção naquele local, avisando antecipadamente, pediria a restituição do terreno.

Relativamente à segunda proposta referiu que ela tem a ver com os chamados Fornos da Fábrica de Louças de Massarelos, instalados na Avenida Paiva Couceiro, na Freguesia do Bonfim. Deu nota que são exemplares únicos daquele tipo de fornos, trazendo à memória aquilo que foi o Porto industrial. Disse que aqueles fornos estão ao abandono, bastante danificados, bem como o espaço envolvente que está muito mal tratado.



Disse que a CDU propõe que a Câmara Municipal do Porto preserve aqueles fornos, procedendo à sua reabilitação, e arranje os espaços exteriores.

**O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM)** informou que o seu Grupo Municipal vai votar favoravelmente a Moção do BE relativa às vítimas dos crimes hediondos perpetrados pelos ataques bombistas de 1975-1976. Leu um pequeno texto evocativo dos referidos acontecimentos: “14 cidadãos inocentes, 2 terroristas mortos em assaltos a bancos e um outro assassinado por vingança, por se ter tornado dissidente da organização. Decorrem pouco mais de 6 anos entre o primeiro assassinado à queima-roupa do GNR – Guarda Nacional Republicana Henrique Hipólito e a perseguição policial seguida de um tiroteio que vitimou o Agente da Polícia Judiciária Álvaro Militão. No total 17 vítimas mortais, um bebé de 4 meses morto num atentado, após o rebentamento de uma bomba colocada nas paredes de casa ao lado do seu berço, destinado ao seu avô; 2 GNR emboscados e mortos por vingança, depois de um assalto feito e falhado na Malveira – cidadãos anónimos que estavam no local errado e à hora errada, empresários considerados perigosos, burgueses e agentes do capitalismo, agentes da autoridade e um alto funcionário do Estado, o Diretor-Geral dos Serviços Prisionais que, no cumprimento do seu dever e no exercício das suas funções, foi baleado cobardemente no crânio, por duas vezes, chamava-se Gaspar Castelo Branco. A estes assassinatos adicionaram-se, ainda, mais de duas dezenas de baleamentos, normalmente nas pernas, porque havia que ajoelhar o Capitalismo e, quase por milagre, não resultando ainda em maior número de mortes, mas em consequências físicas e psíquicas para o resto da vida”.

Disse que, na verdade, se se fizesse uma comparação entre as várias organizações terroristas de outros países, no rácio de assassinatos por milhão de habitantes, as FP 25 de Abril estariam claramente na liderança desse campeonato sangrento ao lado das Brigadas Vermelhas, da GRAPO – Grupos de Resistência Antifascista Primeiro de Outubro ou da Baader Meinhof e não muito distantes dos grupos terrivelmente mortíferos como a ETA – Euskadi Ta Askatasuna ou o IRA – Exército Republicano Irlandês.



Referiu que as FP 25 de Abril não foram um fenómeno passageiro, fizeram a maior parte do seu mal quando se consolidava a democracia e a liberdade em Portugal.

Afirmou que a justiça disse, e está provado, que Otelo Saraiva de Carvalho, Pedro Goulart e Mouta Liz fundaram uma organização terrorista, no entanto, no dia 21 de novembro, o Bloco de Esquerda lamentou profundamente a morte de Pedro Goulart, fundador do PRP/BR – Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias sem proferir uma palavra em relação às vítimas ou sobre o que a justiça portuguesa disse dos crimes hediondos de que foi responsável. Convidou o Bloco de Esquerda a juntar aquelas vítimas, igualmente humanas, e aqueles criminosos, igualmente desumanos, bárbaros e condenáveis a todos os títulos, à sua Moção para que não se apague a história.

**O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD)** informou que o PSD concorda genericamente com o que é proposto pelo BE na sua Moção “Por uma cidade que abraça a diversidade e defende os direitos LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero”, designadamente a saudação para a realização da 16.ª Marcha do Orgulho LGBT. Tem, no entanto, alguma dificuldade em aceitar o ponto 2, primeiro, porque não tem um conhecimento exato e preciso sobre a Lei anti LGBT do Governo de Viktor Orbán, considerando a Moção parca na sua explicitação, e depois porque lhe parece que se trata de matéria de cariz nacional que deveria ser debatido na Assembleia da República e não na Assembleia Municipal do Porto. Sobre os pontos subsequentes, disse que em relação à alínea a) do ponto 3, em que se propõe hastear uma bandeira arco-íris, considerou que, para além de se poder criar um precedente, é preciso ter em atenção que há regras e há protocolos que não sabe se se coadunam com aquela proposta. Relativamente às alíneas b) e c) do ponto 3 nada tem a opor, estando disponível para a votar favoravelmente, embora relativamente à alínea b) lhe pareça que se trata de matéria da competência da Comissão de Toponímia.

Relativamente à proposta sobre as vítimas da rede bombista, disse que o PSD não pode deixar de assinalar também os crimes que são cometidos por redes



não-bombistas, redes e organizações terroristas de extrema-esquerda, que vitimaram pessoas tão ou mais inocentes do que aqueles que se pretende lembrar naquela Moção.

Informou que o PSD não pode votar favoravelmente uma Moção daquela natureza, em que umas vítimas são lembrados e outras não.

Quanto às moções da CDU, disse que em relação à preservação dos Fornos e Louças de Massarelos, o PSD nada tem a opor, lembrando, no entanto, que, segundo o que está definido no PDM – Plano Diretor Municipal, aqueles fornos, eventualmente, irão colidir com os alicerces da nova ponte sobre o Douro, podendo pôr em risco a referida preservação. Considerou aquela Moção oportuna e, por isso, vai votá-la favoravelmente.

Deu conta que o PSD concorda com a existência de hortas comunitárias por considerar que elas são um fator de coesão social, de integração comunitária, de aproveitamento dos solos, ambiental e paisagístico, que, felizmente, hoje em dia, grassam um pouco por todos os municípios. Disse que não está contra implantar-se uma horta comunitária naquele local, mas não pode concordar que se ceda um terreno só pelo facto de umas pessoas o terem ocupado para o efeito. Afirmou que se deve obedecer às regras comuns para a criação de todas as hortas comunitárias, não devendo ser reconhecidos mais direitos a uns do que a outros.

Em relação à Moção do PAN, informou que o PSD vai abster-se, porque, embora simpatize com algumas das ideias, entende que ela encerra um apelo a um regime pesado de grupos de trabalho. Disse que do ponto de vista dos animais o problema está resolvido por legislação, do ponto de vista das pessoas considera que faz algum sentido, mas parece-lhe que a criação de um grupo pluridisciplinar composto por psicólogos, assistentes sociais, médicos veterinários, agentes da autoridade, forças de segurança e associações de proteção animal é um excelente caminho para não se fazer nada. Referiu, ainda, que, no seu entender, aquele é um assunto de natureza eminentemente nacional, por isso, deve ser tratado em termos de legislação nacional.

**O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM)** perguntou ao Bloco de Esquerda se está de acordo que a sua Recomendação sobre os direitos LGBTQ+ seja votado



ponto por ponto. Disse que, se assim for, o seu Grupo Municipal vai votar o ponto 1 favoravelmente. Sobre o ponto 2, entende que se trata de uma matéria que o Bloco de Esquerda pode colocar na Assembleia da República, que é onde se discutem os assuntos de Estado, não sendo a Assembleia Municipal, no seu entender, o local adequado para o fazer. Quanto ao hastear da bandeira arco-íris, referiu que se trata de uma questão protocolar. Disse que é algo que não é habitual, que, na sua opinião, abre um precedente e que está muito bem definido no Regulamento. Em relação à alínea b) considerou que se trata de uma questão de toponímia e a alínea c), reconheceu que não haver discriminação é uma questão relevante, mas já existem na Câmara Municipal do Porto respostas a essa situação.

Relativamente à Recomendação do PAN, considerou que se trata de algo que poderá fazer sentido em Sintra, porque no Porto já existe resposta para essa questão.

Quanto às Recomendações da CDU, informou que vai votar contra as hortas comunitárias, uma vez que elas já existem na cidade e vai votar a favor os Fornos da Fábrica de Louças de Massarelos.

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** disse que o PAN vai acompanhar todas as propostas apresentadas, mas vai comentar duas delas: a dos Direitos LGBT e a da Horta Comunitária.

Em relação ao caso da Gisberta, considerou que já é tempo de dar à história aquilo que não se deu em vida. Reconheceu a importância da Marcha do Orgulho LGBT do Porto e da reivindicação de políticas de igualdade e diversidade, dando nota que o PAN já apresentou uma recomendação para que o Executivo Municipal diligenciasse no sentido da cidade do Porto aderir à Rede Internacional Arco-Íris, proposta essa que, infelizmente, foi chumbada.

Quanto à Horta Comunitária de Serralves, deu conta que quando o PAN logo que tomou conhecimento daquele projeto de educação ambiental, e porque, na sua opinião, que aquelas pessoas estão a fazer um trabalho muito importante que deveria ser aplaudido, fez chegar à Câmara Municipal do Porto uma recomendação para que esta revisse a sua posição inicial.



Em relação à proposta do PAN, e em resposta ao Senhor Deputado Miguel Gomes, disse que, infelizmente, aquela resposta ainda não existe no Município do Porto.

**O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS)** deu nota que, embora a terminologia adotada nas várias propostas não corresponda exatamente à forma como o PS as apresentaria, o seu Grupo Municipal vai votar favoravelmente todas as propostas apresentadas.

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** disse que, olhando bem para o PDM, pôde constatar que os dois fornos da antiga Fábrica de Louças de Massarelos, uma vez que o traçado da nova Ponte sobre o Douro fica ao lado.

Relativamente à horta comunitária, disse que a pretensão dos moradores é que ela seja legalizada, podendo a Câmara reclamar o terreno assim que necessitar dele.

Sobre a intervenção do Senhor Deputado Raúl Almeida, disse que a partir do momento em que o Grupo Municipal de Rui Moreira passa a acolher um candidato de um Partido que espalha uma mensagem do ódio, fica também manchada a sua atuação.

Quanto à proposta do Bloco de Esquerda sobre a comunidade LGBT afirmou que tem dúvidas sobre algumas formulações, designadamente a questão da bandeira, em que há questões protocolares que têm que ser vistas.

Sobre a atribuição do nome da Gisberta a uma rua da cidade explicou que é a Comissão de Toponímia que propõe à Câmara Municipal a atribuição de topónimos e não o contrário, podendo, depois, Assembleia Municipal apoiar ou não a proposta apresentada.

Informou que a CDU vai votar a favor de todas as propostas apresentadas.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, antes de colocar à votação as Recomendações e a Moção, perguntou à Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) se aceita os pedidos apresentados pelos Senhores Deputados Miguel Gomes (RM) e Francisco Carrapatoso (PSD) para que a votação da Proposta “Por uma cidade que abraça a diversidade e defende



os direitos LGBT+” se realize por pontos e por alíneas.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** concordou com o proposto.

**- Recomendação “Prevenção e intervenção nos casos de perturbação de acumulação de animais” apresentada pelo Grupo Municipal Pessoas-Animaís-Natureza.**

(NUD/314246/2021/CMP)

**Deliberação: Rejeitada, com 21 votos contra (RM), 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 abstenções (PSD).**

**- Proposta “Por uma cidade que abraça a diversidade e defende os direitos LGBT+” apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.**

(NUD/314318/2021/CMP)

**Deliberação do Ponto 1: Aprovado, por unanimidade.**

**Deliberação do Ponto 2: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 20 abstenções (RM) e 7 votos contra (6 PSD + [1 do Representante da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Álvaro Oliveira (RM)]).**

**Deliberação do Ponto 3:**

**a) Rejeitada, com 27 votos contra (21 RM + 6 PSD) e 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).**

**b) Aprovada, por maioria, com 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 26 abstenções (20 RM + 6 PSD) e 1 voto contra [Senhora Deputada Isabel Ponce de Leão (RM)].**

**c) Aprovada, por maioria, com 25 votos a favor (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 20 votos contra (RM) e 1 abstenção da Senhora Deputada Sofia Mexia Alves (RM).**



**- Moção “Em memória das vítimas da rede bombista”, apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.**

(NUD/314347/2021/CMP)

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com 38 votos a favor (19 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 7 votos contra (6 PSD + 1 [Representante da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Álvaro Oliveira (RM)] e 1 abstenção do Senhor 2.º Secretário da Assembleia Municipal, José Serôdio (RM).

**O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM)** informou que iria entregar à Mesa uma Declaração de Voto, por escrito, do Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido sobre aquela Moção.

**- Recomendação “Horta Comunitária da Rua de Serralves” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.**

(NUD/314409/2021/CMP)

**Deliberação:** Rejeitada, com 26 votos contra (20 RM + 6 PSD) e 19 votos a favor (12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção do Representante da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Álvaro Oliveira (RM).

**- Recomendação “Pela Preservação, Reabilitação e Inserção em Circuitos Culturais e Museológicos dos Fornos da Fábrica de Louças de Massarelos” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.**

(NUD/314433/2021/CMP)

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite,** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS.**



**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** afirmou que impensável e insólito são sinónimos de algumas circunstâncias que nos últimos tempos têm tido lugar no Município do Porto e o PAN vai usar aquele momento para se pronunciar sobre algumas delas. Referindo-se ao que se passou no Porto, no âmbito da final da Liga dos Campeões quanto aos incumprimentos verificados pelos adeptos ingleses, disse que se instalou a polémica entre os portuenses, tendo o Bastonário da Ordem dos Médicos dito que foi passada uma péssima imagem sobre a falta de cumprimento de regras. Também o Presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública disse que, face ao que se passou no Porto, era fundamental que não se perdesse aquilo que já se tinha conseguido resolver, no entanto, o Presidente da Câmara, que considerou que no Porto tudo correu bem, parece ter esquecido as várias notícias que, entre festejos e cerveja, mostravam claramente que os adeptos ingleses não estavam a cumprir as regras de segurança que eram exigidas aos portuenses.

Deu nota que foram vários os estabelecimentos de restauração que declararam que os consumidores habituais não apareceram com receio do comportamento dos adeptos ingleses e que foram forçados a fechar devido à desmarcação de reservas.

Disse que aquele é o tipo de evento que aparentemente deixa o Presidente da Câmara feliz, mas que representa a turistificação do Porto.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite,** pediu à Senhora Deputada Bebiana Cunha para não se dirigir ao Senhor Presidente da Câmara com aquela insistência, uma vez que o mesmo está impedido de lhe dar a conveniente resposta, caso contrário terá que lhe conceder o direito de defesa da honra.

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** prosseguiu, dizendo que para o PAN os portuenses estão em primeiro lugar e depois os turistas. Para o PAN os hotéis não podem estar à frente das pequenas e médias empresas, pois todos têm o direito de prosperar, independentemente do argumento económico que se invoque.



Considerou surpreendente o Executivo Municipal ter decidido retomar a Feira dos Passarinhos, um mercado de animais vivos típico de Wuhan, quando está comprovada a ligação daqueles mercados ao desenvolvimento de zoonoses. Disse que, na sua opinião, o Senhor Presidente da Câmara devia ter a coragem política para acabar com uma feira daquela natureza.

Para concluir deu nota que um proprietário do Porto cedeu voluntariamente um muro a um grupo de artistas portuense para ser usado como tela para a arte do graffiti, mas as duas pinturas foram rapidamente retiradas pela Câmara Municipal, alegando que se tinha tratado de uma ação de rotina e que aquelas duas pinturas eram as mais fáceis de limpar.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** referiu-se aos *graffitis* que foram apagados em menos de 48 horas pela Câmara Municipal do Porto. Disse tratar-se de *graffitis* críticos da governação da cidade, que desapareceram praticamente da noite para o dia, enquanto outros se mantiveram.

Considerou preocupante que semelhante gesto seja opção em pleno século XXI, principalmente quando há pouco mais de um ano soaram acusações de censura na cidade a propósito da retirada de uma folha de sala ou das sucessivas tentativas de manietar um projeto de contracultura pensado para o Rivoli. Disse que, já nessa altura, as vozes que se levantaram, para questionar o que se estava a passar, ultrapassaram os visados, havendo inclusive membros do Conselho Municipal de Cultura que se demitiram na sequência das situações em causa.

Afirmou que a pandemia criou uma espécie de vácuo entre dois momentos na cidade, antes da Covid-19 e depois da Covid-19, mas em democracia a memória é pedra basilar e a cidade não esquece, muito menos quando é sistematicamente lembrada de que reina a lei do silenciamento e do silêncio.

Relativamente ao anúncio de que o atual Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico, eleito pelo Movimento do atual Presidente da Câmara, será candidato pelo Chega, questionou o que devem os cidadãos do Porto pensar, tendo em conta o silêncio que está instalado à volta daquela novidade.

Disse que, em pleno século XXI, para lá de tantas liberdades conquistadas, a recusa do acolhimento da diversidade somada aos silêncios e aos silenciamentos devem preocupar a cidade e cada um dos seus cidadãos.



**A Senhora Deputada Sara Guimarães (CDU)** quis manifestar a posição do seu Grupo Municipal relativamente à reposição das Freguesias. Afirmou que repor as freguesias extintas, contra a vontade das populações, constitui um desígnio democrático que urge concretizar. E que, por isso, a CDU defende a criação de um regime transitório que estabeleça o procedimento, que permita a reposição de Freguesias, onde seja essa a vontade das populações. Deste modo, disse que consideram que devem ser repostas as Freguesias, relativamente às quais os respetivos órgãos autárquicos se opuseram à sua extinção. Tal, se houver vontade política das demais forças políticas em resolver este problema que afeta milhares de portuenses e ir ao encontro das reivindicações das populações e dos diferentes órgãos autárquicos. Acrescentou que, consideram que a extinção das Freguesias, no geral, não trouxe vantagens e que os prejuízos foram imensos, criando problemas novos, que não existiam, que se somam à imensidão de outros problemas que já afetavam as populações e que contribuem para agravar as desigualdades territoriais.

Deu nota de que, passaram quase 8 anos da extinção de Freguesias, imposta pelo PSD e pelo CDS, na altura sendo Governo. E que o sentimento das populações é de uma enorme perda de proximidade, de participação cívica e política, de identidade, de capacidade reivindicativa, de intervenção na resolução dos problemas. Sublinhou ainda, que as populações sentem-se esquecidas e abandonadas, em particular nos territórios onde, depois de 'levarem' a escola, a extensão de saúde, o posto dos CTT – Correios de Portugal, o posto da GNR – Guarda Nacional Republica ou da PSP – Polícia de Segurança Pública, ainda 'levaram' a Junta de Freguesia, a última porta aberta de ligação ao Estado.

Referiu-se ao Governo Central, dizendo que se tinha comprometido em 2018, com a apresentação de uma Proposta de criação de Freguesias para corrigir as situações anómalas. E que passou 2018, 2019 e que só nos últimos dias de 2020 deu entrada da Proposta na Assembleia da República. Considerou que, com estes sucessivos atrasos e adiamentos, o Governo Central procurou criar dificuldades objetivas para que a reposição de Freguesias pudesse ocorrer ainda no âmbito do próximo ato eleitoral, ficando o PS e o Governo Central com o ónus de não ter dado concretização, por ter entregado tardiamente a Proposta. A este



propósito, destacou que a Proposta de Lei do Governo não é uma Proposta de reposição de Freguesias, nem prevê uma norma transitória para a sua reposição, mas sim uma Proposta que estabelece um conjunto de critérios para a criação de Freguesias, que pretende que se aplique àquelas que desejem ser repostas. Acrescentou que, propõe critérios de dimensão populacional e área geográfica, de viabilidade económico-financeira e que a nova Freguesia corresponda a 30% do fundo de financiamento de Freguesias, a designação da própria Freguesia que lhe der origem, a existência de um conjunto de equipamentos, incluindo aqueles cuja decisão não depende da Freguesia, como a extensão de saúde. E que em muitas delas foram encerrados com a contestação das populações ou a exigência de aprovação por maioria qualificada nas Assembleias de Freguesia e Municipais, o que não é exigido em mais nenhuma decisão de âmbito autárquico.

**A Senhora Deputada Mariana Ferreira Macedo (PSD)** interveio dizendo que, para o PSD é fundamental uma cidade com qualidade de vida e que nesse sentido, consideram que a mobilidade é e deve ser uma das prioridades. E que não podem deixar de destacar a falta de visão a esse nível, a falta de estratégia, pelo que evidenciam a má escolha na ampliação do Metro na cidade, que não servirá as lacunas existentes.

Sublinhou que o trânsito é caótico, que todos dispensam minutos, horas, desnecessariamente no trânsito da Cidade. Referiu-se à dificuldade que os pais têm em deixar os filhos na escola e que todos têm, por vezes, em chegar a horas ao trabalho, provocada por engarrafamentos, sendo que também as alternativas estão demoradas e as respostas não têm sido dadas. A título de exemplo, referiu a nova Ponte, dizendo que começou em 2018 por custar 12 milhões de euros, crendo que o valor estará em mais de 36 milhões de euros. E que, naquele momento, não sabe, porque parece que cada mês que passa aumenta uns milhões de euros. Acrescentou que iriam existir obras na Ponte Luís I e que, na verdade, também não sabem quais as estratégias que existem para fazer face a esse novo congestionamento. Por isso, disse, reiterarem que esta é uma preocupação que consideram fulcral, tal como a questão das ciclovias, com as quais concordam, mas que muitas delas estão colocadas em zonas erradas, colocando em perigo os transeuntes, sendo que nada foi feito para isso ser alterado.



Manifestou também que as obras realizadas, em intervenção na Avenida Brasil, são erráticas, que provocaram, como é de conhecimento público, diversos acidentes rodoviários e que nada foi feito para reverter essa situação, sendo que o PSD já se comprometeu a fazê-lo, se assim o puder.

Relativamente à questão da segurança, referiu que tem sido tornado público o que se relaciona com o aumento da insegurança na cidade do Porto, como o assédio, as violações e as perseguições, nomeadamente na zona Central e Oriental da cidade, sendo que a Câmara também pode e deve ter um papel ativo nesta área.

Quanto à habitação, quis referir que a classe média tem sido expulsa da cidade, destacando que precisam de respostas rápidas e eficazes. Afirmou que têm de ter uma habitação social digna para todos, bem como ter os jovens na cidade, com os reforços e benefícios fiscais necessários para a aquisição da primeira casa.

Por fim, referiu-se aos sem-abrigo, apelando para que os mesmos deixem de ser uma bandeira para adquirir votos e passem a ser uma realidade e uma causa, que não sirva só no Natal para as fotografias. Mas que sejam efetivamente levados a cabo todos os dias do ano.

**A Senhora Deputada Isabel Ponce de Leão (RM)** manifestou que, desde que se lê e reflete sobre o ensaiador Ortega y Gasset e Mirabeau – o el político – se passa a ser mais cauto relativamente à avaliação de certos procedimentos políticos, sabendo que uma coisa é a dimensão política e a outra é a atuação.

Relativamente àquilo que tinham acabado de assistir – a um aproveitamento dos tempos dos Partidos para atacar aquele Executivo – sabendo que não há direito ao contraditório, lhes parece fundamentalmente uma falta de argumentário consistente.

Disse prosseguir com Ortega, porque este diz que Mirabeau, em 1789, tinha dito que era preciso 'evitar a subitaneidade do trânsito', quando se referiu ao poder constituinte da Assembleia Nacional. Acrescentou que a política de Mirabeau com toda a política autêntica, postula unidades contrárias, sendo preciso ao mesmo tempo, um impulso e um freio, uma força de aceleração de mudança social e uma força de contenção que impeça a vertiginosidade. Considerou que



não se esgota aqui porém, o veio da moderação em Ortega, pois o filósofo espanhol evoca uma dimensão não menos importante: o tema da convivência e da conciliação. E lembra que toda a mudança duradoura deve valer-se sempre de uma tradição longa contra uma tradição curta, que é através do retorno que se faz o novo. Eis as chaves da mudança social em liberdade, citando: “não se pretenda excluir do político a teoria, a visão puramente intelectual, a ação tem que preceder nele uma prodigiosa contemplação, só assim será uma força dirigida e não uma estúpida torrente que bate daninha no fundo do vale.” Referiu que isto já tinha sido dito há 5 séculos por Leonardo da Vinci e depois lembrou Ortega y Gasset.

Concluiu, dizendo que, com Ortega e com Leonardo, o Movimento Porto, o Nosso Partido, quer saudar efusivamente a apresentação da candidatura de Rui Moreira à Câmara Municipal do Porto e envolver-se ativamente numa campanha, que pretende, civilizada e prudente nas avaliações empíricas, convictamente ciente de que, no final deste último mandato, a obra projetada estará bem concluída. Acrescentou estarem juntos, porque ali há Porto.

**O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM)** referiu ser evidente que a democracia vive da dialética, ou seja, que vive das declarações, mas também da capacidade de as rebater e encontrar consensos e pontos de contacto e muitas vezes até de poder dar as explicações. Considerou ser profundamente deselegante o presenciado, uma vez que naquele ponto poderiam ter apresentado o que haveria a referir, através de Moções ou de outras formas. Acrescentou que, aproveitar aquele momento para fazerem declarações, sabendo que não iria haver contraditório, faz com que apresentem o voto de protesto ali manifesto.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** manifestou que está naquela Assembleia há cerca de 6 anos, e que o ponto das declarações políticas foi-lhe transmitido, como sendo sempre um ponto de considerações sobre a política na cidade e sobre o que nela se passa. E que, por isso, se dali até ao final de setembro, início de outubro, tudo aquilo que ali forem dizer é instrumentalizar o espaço de fala daquela Assembleia Municipal, estarão mal.



Concluiu, dizendo que, estão numa Assembleia em que as forças políticas manifestam aquilo que é a sua visão de cidade e que foi isso que ali aconteceu. Acrescentou que o contraditório tem um lugar, porque foi aberto esse precedente no passado, como é sabido.

## **ORDEM DO DIA**

(Convocatória expedida a 09.06.2021)

(Ordem de Trabalhos expedida a 17.06.2021)

**Ausentou-se da Sala a Senhora Deputada Maria Adelina Ducharne (RM).**

### **1. Deliberação sobre Votação das listas dos candidatos a juízes sociais efetivos e suplentes para o Tribunal de Família e Menores do Porto.**

(NUD/251917/2021/CMP)

**Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

**Regressou à Sala a Senhora Deputada Maria Adelina Ducharne (RM).**

### **2. Deliberação sobre Proposta de Alteração à Tabela de Preços e Receitas do Código Regulamentar do Município do Porto – Parques de estacionamento.**

(NUD/260556/2021/CMP)

**O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS)** referiu que relativamente à Proposta que lhes é apresentada – a alteração à tabela de preços – é entendimento do Partido Socialista, no que diz respeito aos preços, que estão equilibrados e na mesma linha daqueles que atualmente são praticados, apresentando pequenas diferenças, mas mais ou menos iguais, considerando uma Proposta equilibrada.

Deu nota de que, onde existe um grande desequilíbrio é no estacionamento de rua que é pago, pelo que gostariam de ser esclarecidos.



Afirmou que tem andado a estudar o assunto e que chegou a conclusões mirabolantes. Realçou que quem estaciona na Avenida de Montevideu paga 40 cêntimos por 60 minutos, mas quem estaciona na Boavista, junto ao Hospital Militar, paga 1 euro e 20 por 60 minutos. O que quer dizer que o estacionamento na Boavista é mais caro 300% do que na Foz. E que, em termos de comparação com os preços praticados nos parques de estacionamento, o que se verifica é que os parques de estacionamento têm custos para a Câmara: de manutenção, de conservação, de água, de limpeza, com pessoal e que acabam por ser mais baratos na primeira hora, do que na Boavista. Acrescentou que, deste modo, no Parque da Trindade, uma hora custa 80 cêntimos, no de Duque de Loulé, 80 cêntimos, no dos Caminhos do Romântico, 80 cêntimos, no do Silo Auto, um euro, no dos Poveiros, um euro, no do Palácio de Cristal, um euro.

Terminou, dizendo que, não faz sentido. E que era este esclarecimento que gostariam de obter do Senhor Presidente, sendo que a Proposta que lhes é apresentada terá o voto favorável do Partido Socialista.

**O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU)** manifestou a opinião do seu Grupo Municipal sobre aquela Proposta, dizendo que o conteúdo da mesma está certo e que aquilo que se pretende com ela e que está lá escrito, está correto. No entanto, disse ter muitas dúvidas que os preços que se irão praticar, contribuam para aquilo que se pretende.

Afirmou que os parques periféricos devem servir, sobretudo, para retirarem trânsito da cidade ou para, no caso dos moradores, como é dito, libertar espaço público para outros usos. Considerou que isto tem que ter duas vertentes. Por um lado, o preço tem que ser muito baixo, tem que ser simbólico e que os preços que o Senhor Deputado Alfredo Fontinha tinha referido são da primeira hora, porque na segunda hora, são mais caros. Reafirmou que, 80 cêntimos por hora é só a primeira hora, sendo que nas horas seguintes passa a ser 30 cêntimos por cada quarto de hora, portanto 1 euro e 20 cêntimos. Considerou assim, que os preços ou são muito baixos ou então os transportes públicos para trazerem as pessoas à Baixa do Porto têm que ser quase gratuitos.



Disse entender que as pessoas têm que ser incentivadas a deixar o carro nos parques periféricos e não vir com ele para a Baixa da cidade. No entanto, acrescentou que o preço a que estão os transportes no Porto, referindo-se ao cartão de transporte Andante, com o qual se carregam os títulos, cada um custe 1 euro e 10 ou 1 euro e 20. O que considera muito dinheiro, uma vez que a pessoa depois também tem que regressar. E o que gasta no transporte público com o que paga no parque, é um convite a que traga o carro para não pagar tanto. Sendo que se tirar o título no motorista, como já lhe aconteceu, é 2 euros cada viagem, pelo que ida e volta, são 4 euros, o que é caríssimo. Desta forma, disse parecer-lhe que nos parques periféricos apenas a primeira hora deveria ser gratuita, para que não se tornasse um abuso. E se custar dinheiro, não deveria custar tanto, muito menos as outras horas custarem ainda mais, pois é muito caro. Referiu-se ao que estava escrito no corpo da Proposta, dizendo que são objetivos que lhe parecem aceitáveis. E que é isso que se deve, de facto, pretender, integrar esta política dos parques numa política de mobilidade para a cidade. Mas que os preços dos parques que são praticados, não havendo a garantia de que o preço do transporte público é muito barato, para poder trazer as pessoas à cidade, deveriam ser mais baixos.

Concluiu, dizendo entender que o objetivo que se pretende está acertado e correto, mas que com aqueles valores, tem a convicção de que não vai ser conseguido.

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** disse que a Proposta que lhes é apresentada, parece-lhes trazer objetivos que são evidentemente positivos, numa lógica da gestão municipal desses parques. E em particular, porque estarão a falar do intermodal que terá um significado muito positivo, ou se assim se espera, na mobilidade no Município, de dentro para fora e de fora para dentro. No entanto, referiu parecer-lhes que deveria haver um critério de revisão dos valores dos parques municipais.

Sublinhou que, evidentemente, há aspetos positivos elencados, apresentando a título de exemplo, a questão da gratuidade para bicicletas e para outros modos suaves. Mas que lhes parece que, num período em que se pretende, de facto,



incentivar o uso dos transportes públicos e a intermodalidade, deveria estar previsto, por exemplo, um período transitório, em que estes valores fossem consideravelmente mais reduzidos ou, efetivamente, um reforço positivo para o uso dos transportes públicos, na perspetiva de criar hábitos e de incentivar aquilo que deve ser o caminho a seguir ao nível da intermodalidade.

Deu nota de um outro aspeto, que também não lhes parece propriamente positivo, referindo-se ao valor atribuído às pessoas que se encontram noutras circunstâncias, tendo em conta o exemplo de que existe um valor para moradores e outro para comerciantes. Mas que também existem pessoas que se deslocam para a cidade, para o Município, porque lá trabalham. E que, por isso, o valor atribuído a essas pessoas parece-lhes manifestamente elevado, pelo que deixam o apelo, para que futuramente o Município considere a revisão desses valores.

Terminou, dizendo que, face ao exposto, o PAN abster-se-ia naquela Proposta que é apresentada pelo Executivo Municipal.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira**, manifestou que, relativamente ao Terminal Intermodal de Campanhã, o preço que estão a propor para quem tenha Andante, para aquelas pessoas que, de facto, utilizam o Terminal para as suas deslocações ao centro da cidade, é de 1,20 euros por dia. A este propósito, informou que o valor do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos é de 30 euros por mês, por pessoa, e que no caso das famílias é de 40 euros. Ou seja, que fazendo a conta é de pensar bem de que é que estão a falar, não sabendo se tinham ideia dos preços anteriores, sendo que se trata de um Terminal Intermodal. E que, naturalmente, têm que ter um tarifário para as pessoas que chegam lá e que param para ir buscar, por exemplo, um familiar, sendo que a primeira hora deverá ser mais barata. Mas que, se a pessoa resolve lá deixar o carro e fazer compras, tem que pagar mais caro, porque se trata de um recurso escasso.

Esclareceu estarem a falar num 1,20 euros por dia, para quem tem cartão Andante, o que não cobre os custos. E que, aliás, o Senhor Vereador do PSD tinha alertado e bem, disso mesmo, na discussão do Executivo.



Explicou que estão, de facto, a tentar criar uma situação para fomentar a utilização do transporte público, a partir daquele Terminal Intermodal, reafirmando que para as pessoas que venham trabalhar e que ali queiram deixar o carro, pagam 1,20 euros por dia.

Dirigiu-se ao Senhor Deputado Artur Ribeiro, dizendo que certamente não tem Andante porque não precisa e só usa de vez em quando, como acontece com um estrangeiro que vem à cidade do Porto e que, por isso, tem que pagar mais. Sublinhou, mais uma vez, que o PART são 30 euros, representando 1 euro por dia, permitindo andar de metro, comboio e em qualquer linha de autocarro, sendo que as pessoas menores de 18 anos pagam zero. Considerou assim, que têm de encontrar um equilíbrio razoável entre o que é a vontade de fomentarem o transporte público, que foi concretizada através de um conjunto de medidas em que a assunção da responsabilidade na STCP - Serviços de Transportes Coletivos do Porto foi o fundamental. Disse ter sido uma guerra bem ganha, mas que tem que haver alguma contrapartida. Pois, de outra maneira, aquilo que teriam que fazer era tornar gratuito o transporte não dos 13-18 anos, mas sim dos 13-80 anos e não pagando para deixar o carro, ficando em qualquer lado. E que a partir daí, as pessoas concluiriam que não valeria a pena usar o transporte público.

Concluiu, dizendo que, tem que haver alguma exequibilidade, relativamente àquilo que é a utilização de um parque. E que, pela primeira vez, irão fazer um modelo de *park on rail*, que lhe parece aceitável, sendo que estão a discriminar, positivamente, as pessoas que têm Andante.

**O Senhor Deputado Joel Oliveira, (BE),** disse entender que relativamente às intervenções que se ouviram, há um certo consenso no que se refere àquilo que é proposto, do ponto de vista da fórmula e da maneira como irão abordar aquela questão.

Afirmou que é verdade que irão ter um problema permanente, que é a necessidade de utilizarem os seus meios de transporte, sendo que as cidades não aguentam e a experiência vem de fora.

Referiu que, há uns anos, numa viagem da Alemanha para a Holanda, antes de entrar em Amesterdão, estacionou o carro e pagou um euro. Acrescentou que



foi até Amesterdão de Metro e que quando regressou, passou o talão do Metro e saiu do parque de estacionamento. Afirmou tratar-se de equipamentos dissuasores dos veículos nos espaços urbanos, considerando que estes são alguns dos quais a cidade e não só, talvez a nível intermunicipal, poderiam e deveriam ter a funcionar. Considerou, por outro lado, que retirar os veículos, deixar o espaço de rua livre para o movimento de quem vai a uma loja ou fazer algum serviço dentro da cidade, terá que ter um custo mais elevado do que o próprio custo de estacionamento em parque próprio.

A este propósito deu conta de que um especialista nestas questões, António Babo, falava e sugeria exatamente, que a melhor forma é deixar o espaço com o preço um pouco mais elevado e baixar o preço nos estacionamentos.

Disse entender que, isto é um investimento grande e pesado e que se compreende que a solução irá passar por eles mesmos, deixando o carro em casa e utilizar mais os transportes públicos, porque isso também os deixa livres para fazer outras coisas.

Terminou, dizendo que, do ponto de vista daquilo que lhes é proposto, de um modo geral, estarão de acordo, mas que como há algumas questões em que têm dúvidas, irão abster-se.

**O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD)** manifestou que, de alguma forma, o Senhor Presidente da Câmara do Porto já tinha antecipado um pouco a posição do PSD sobre esta matéria. E que consideram, de facto, que o Terminal Intermodal de Campanhã pretende ser uma revolução na cidade, que acreditam que irá, por todas as vantagens que apresenta, em termos de mobilidade e em termos ambientais. Acrescentou que vai trazer benefícios para a economia desta zona e da Freguesia de Campanhã, acreditando que a sua entrada em uso seja até ao final daquele ano. No entanto, disse que há um facto, sabido e incontornável, que é o problema do défice de exploração desse Terminal. E que o que lhes anunciam para aqueles 3 primeiros anos é bastante preocupante, apontando-se que os custos sejam superiores em 50% relativamente aos proveitos. E que, por isso, entendem ser um ónus que a Câmara deverá assumir, desde logo, ter receitas de 2 milhões e 100 mil euros por ano e receitas de 1.4 ou 700 mil euros de défice de exploração, ou não.



Deste modo, disse não se sentirem confortáveis em apoiar aquele regime tarifário, porque, de facto, de alguma forma, estariam a sancionar tarifas que não lhes parecem mais adequadas. Afirmou, por outro lado, que não serão as tarifas do parque que serão elevadas e que, eventualmente, o que se imporia era que, o regime tarifário fosse concorrencial com o regime de estacionamento do automóvel na cidade. Referiu que têm que encontrar uma solução que permita que ao fim desses 3 anos, haja um sentido e um aproveitamento diferente, para que isso não constitua para a cidade, mais um buraco económico e financeiro. Acrescentou que, para além de todas as vantagens, também haja vantagens económicas diretas na exploração desse Terminal.

Concluiu, dizendo que, pelas razões apresentadas, não poderão votar favoravelmente esta Proposta, pelo que iriam abster-se.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** referiu que todos estão empenhados na descarbonização, de uma forma ou de outra, sendo uma necessidade e não uma vontade política. Considerou tratar-se de uma necessidade imperiosa de salvar o planeta habitável, uma imposição, sendo compromissos internacionais que os vários países vão adotando. E que felizmente, vão aderindo novos países. A este propósito disse que a posição dos Estados Unidos nesta matéria, por exemplo, é uma boa notícia para o mundo.

Afirmou não existirem dúvidas que a descarbonização custa dinheiro, pois se não custasse, não precisariam de a incentivar e de a legislar.

Deu nota de que, este Terminal Intermodal irá retirar da cidade cerca de mil autocarros por dia. Considerou que, apesar de tudo, deveriam ter ali um *buffer* para algumas pessoas que chegando de automóvel têm que o parar.

Referiu-se à questão do investimento na frota da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto ou na frota da limpeza urbana da cidade, em que estão a utilizar veículos limpos e que logicamente esses veículos custam mais dinheiro do que os veículos a *diesel*. Disse não terem outra solução e que parece-lhe que este é um investimento virtuoso, sendo, de facto, um investimento por um desígnio. Um desígnio para a humanidade, mas também um desígnio político, em que a Europa se tem que envolver, não sendo possível pensar que isto não custa dinheiro.



Acrescentou que a cidade do Porto está a pagar uma parte significativa do PART, em que os grandes beneficiados são, apesar de tudo, as pessoas que vêm de longe para a cidade do Porto e que à noite regressam. E que a pessoa que vive em Arouca e que anteriormente gastava por mês, para si e para a família, 200 ou 300 euros, para cá chegar e para regressar, hoje com o PART, paga 40 euros. Neste sentido, disse que, naturalmente, poderão perguntar se é justo que a cidade do Porto pague pelo município de Arouca, o que entendem que sim, porque existe uma vantagem. Pois ao deixar de trazer o seu automóvel, assiste-se uma vantagem direta na descarbonização e também na mobilidade. Mas, pensar que podem fazer isto, deixando que o mercado, a Lei da oferta e da procura funcione, não será possível. Referiu que esta é, de facto, uma situação que reconhece e que, provavelmente, se aquele parque de estacionamento, custasse não 1,20 euros por dia, mas sim 5 euros por dia, o parque estaria cheio na mesma. No entanto, considerou que deveriam ser consequentes.

Relativamente às contas, disse estarem inflacionadas no primeiro ano, porque irão ter que dotar o parque de estacionamento deste Terminal, de equipamento que custa cerca de 800 mil euros. O que depois não é repetível nos anos consequentes, sendo que essa é, apesar de tudo, uma matéria que lhes parece secundária relativamente à questão fundamental.

**O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU)** referiu que para quem tem o passe Andante não fica muito caro, mas para que se desloca apenas duas ou três vezes ao Porto com o bilhete normal fica mais dispendioso.

Afirmou que se se quer que as pessoas deixem os carros nos parques periféricos, estes têm que ser muito baratos e o transporte público tem que ter qualidade e tem que ser acessível.

Mencionou que o PSD apenas está preocupado que a Câmara dê lucro, mas as Câmaras não existem para dar lucro, existem para prestar bom serviço público. Sublinhou que o Senhor Presidente deu apenas o exemplo de Campanhã, mas o que se está a discutir é o preço em 12 parques de estacionamento da cidade, não é só em Campanhã. Considerou que os parques periféricos, em geral, têm que ter preços mais baixos, porque se não for assim não se consegue tirar os carros da Baixa do Porto.



Disse que, na sua opinião, o preço dos parques ainda é demasiado elevado.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira**, interveio dizendo que aquilo que estão a discutir é efetivamente os preços em Campanhã. Podem discutir o *on street* e o *off street parking*, levantado pelo Senhor Deputado Alfredo Fontinha, mas isso não faz parte daquela proposta.

Em resposta ao Senhor Deputado Artur Ribeiro, disse que aquilo que se pretende é precisamente que as pessoas utilizem o transporte público quando se deslocam ao Porto e não o automóvel particular.

**O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD)** pediu a palavra para dizer ao Senhor Deputado Artur Ribeiro que se alguém tem criticado os lucros da Câmara Municipal do Porto tem sido o PSD.

Afirmou que existe uma imagem de que o dinheiro público não custa a ninguém, mas é exatamente o contrário, o dinheiro público custa a todos e o que está ali em causa é determinar se se pode impor aos portuenses que paguem mais do que devem pagar.

**Deliberação: Aprovada, por maioria, com 33 votos a favor (21 RM + 12 PS), 13 abstenções (6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).**

**Ausentou-se da Sala o Senhor Deputado Hugo Monteiro (BE)**

### **3. Deliberação sobre Autorização relativa à assunção de compromissos plurianuais da DomusSocial, E.M.**

NUD/257606/2021/CMP

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** considerou que os compromissos plurianuais em causa definem, numa expressão reduzida, a garantia do acesso à habitação. Disse que continua a haver milhares de famílias em lista de espera e, na maioria dos casos, as pessoas testemunham não só o drama do tempo de espera, que não se enquadra na emergência que vivem, mas, sobretudo, a tragédia de perceberem que, por questões administrativas, ficam de fora



daquilo que é um direito de todos. Deu como exemplo o caso de Diana, uma mãe que vive numa situação dramática e que, por não viver no Porto há quatro anos consecutivos, não se pode candidatar à habitação social.

Afirmou que algo de errado se passa na segunda cidade do país quando não se garante o direito à habitação às famílias mais carenciadas.

Deu nota que o Bloco de Esquerda se vai abster por entender que as opções apresentadas derivam de orientações inerentes a um programa que não é o seu.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** disse que conhece dezenas ou centenas de pessoas que estão na mesma situação que a Diana, mas, infelizmente, não tem hipótese de conceder habitação social a toda a gente. Concordou que, de facto, estão muitas pessoas em lista de espera, mas não se podem abrir precedentes e os critérios têm que ser rigorosamente cumpridos. Referiu que a cidade do Porto tem atualmente 13% de famílias a viver em habitação social e esse número vai aumentar, porque o Município vai aumentar o seu *stock* de habitação.

Considerou que não é curial da parte do Bloco de Esquerda invocar casos individuais para tentar julgar a Câmara Municipal do Porto. Disse que a Diana é apenas um caso, que naturalmente a todos afeta, mas nem o Presidente da Câmara, nem o Vereador do Pelouro podem fazer caridade com as casas dos outros.

**O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU)** reportando-se à intervenção do Senhor Deputado Carrapatoso, disse que o anterior Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Rio, quando saiu devia menos 130 mil euros do que quando entrou, mas delapidou 172 mil euros de património, isto é, em 12 anos vendeu 172 mil euros de património para reduzir a dívida em 130 mil euros.

Deu conta que a CDU de acordo com aquela proposta de assunção de compromissos plurianuais.

Referiu que faz parte daquela proposta a reabilitação de dez habitações no Bairro Social da Arrábida, mas aquele Bairro tem cerca de trinta habitações. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se é pelo facto de aquelas



dez casas estarem devolutas e as outras estarem ocupadas, não podendo, por isso, ser submetidas a obras.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** respondeu que é pelo facto de aquelas casas estarem devolutas.

**A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN)** pediu esclarecimentos sobre a questão a digitalização dos processos, que evidentemente tem que ser feita. Relativamente ao Bairro Social da Arrábida perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque é que estão apenas contempladas as dez habitações devolutas, uma vez que as demais também estão a necessitar de obras. Quanto às obras na Vitória, quis saber quantas habitações é que vão ser fiscalizadas, se existe algum calendário definido para o efeito e para quando está previsto.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** explicou que as casas devolutas são aquelas que são consideradas mais urgentes e que necessitam de intervenções mais profundas, as restantes, pelo facto de estarem ocupadas, carecem de manutenção.

Sobre a questão dos processos, disse que existem 13 mil processos que têm que ser digitalizados.

Quanto casas da Freguesia da Vitória, informou que se trata de atos normais de fiscalização.

**Deliberação: Aprovada, por maioria, com 43 votos a favor (21 RM + 12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 1 PAN) e 2 abstenções (BE).**

**Regressou à Sala o Senhor Deputado Hugo Monteiro (BE)**

**4. Deliberação sobre aprovação do pagamento da compensação por tornas, ao Participante Caixa Geral de Depósitos, no âmbito do processo de liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Porto D'Ouro.**

NUD/293354/2021/CMP



**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** afirmou que, no seu entender, aquele ponto é muito importante do ponto de vista da atividade municipal e, como tal, merecia mais algumas explicações, em particular que se fizesse o balanço daquele instrumento que uma Câmara anterior usou, numa determinada altura, com o objetivo de aumentar o financiamento ou de conseguir alcançar verbas.

Disse que seria importante haver uma explicação, designadamente no que diz respeito ao capital inicial daquele Fundo Imobiliário, constituído em 2009, que era, na altura, de 16,8 milhões de euros e que foi constituído com cinco imóveis – três edifícios municipais na Rua do Bolhão, onde funcionam serviços da Câmara Municipal, as Oficinas e o Canil e 2 terrenos devolutos, um na Rua Martins Sarmiento e outro na Rua Dionísio Santos Silva. Lembrou que o Município entrou para o Fundo Imobiliário Fechado Porto d'Ouro com imóveis no valor de 7,9 milhões de euros e com um capital de 500 mil euros e a Caixa Geral de Depósitos entrou com um capital de 8,4 milhões de euros, ou seja, 50% de cada uma das partes.

Referiu que a Autarquia pagou rendas, entre 2009 e 2021, pela ocupação de edifícios que eram seus e que cedeu àquele Fundo Imobiliário. Considerou que era importante saberem quanto é que o Município pagou de renda durante aquele período e qual a razão pela qual as verbas para aquisição do Fundo saem da classificação funcional da Ação Social no Orçamento para 2021.

Quis saber, também, como é que imóveis que valiam 7,9 milhões de euros em 2009, não tendo sofrido alterações de fundo, passaram a valer 16,6 milhões em 2021.

Deu nota que a CDU está de acordo com a extinção daquele Fundo Imobiliário, mas gostaria de saber se efetivamente ele foi vantajoso para a Câmara Municipal do Porto.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** disse que o Fundo investiu cerca de 5 milhões de euros para efetuar obras nos edifícios que a Câmara Municipal está a recomprar, sendo que vão ser transferidas para lá as Empresas Municipais que estão em espaços arrendados.



Explicou que o preço é superior, porque, segundo a avaliação externa que foi feita, aqueles imóveis foram valorizados.

Quanto à questão de ter sido ou não um bom negócio para o Município, afirmou que há todo o interesse em ficar com aqueles imóveis, uma vez que a Câmara vai deixar de pagar renda pelos edifícios que estavam arrendados.

Deu nota que foi solicitado em reunião de Executivo que fosse feita uma avaliação custo/benefício, tendo ele dito que não queria envolver nessa avaliação os Serviços Municipais, por isso, iria pedir a entidades externas, que se estão a consultar, para fazerem essa avaliação.

Relativamente à classificação, disse que talvez o Senhor Diretor Municipal de Finanças, Dr. Pedro Santos, possa explicar a razão.

**A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE)** referiu que, no âmbito da discussão no Executivo, ficou com a ideia que foi assumido o compromisso de se proceder a uma auditoria, no entanto, o Senhor Presidente acabou de dizer que se trata de um estudo custo/benefício. Quis saber qual é a metodologia que vai ser seguida.

Afirmou que, no entender do Bloco de Esquerda, aquele é mais um dos vários negócios imobiliários que prejudicaram a cidade, tendo em conta que aquilo que está a ser discutido é o pagamento de 4 milhões e 300 mil euros de compensação à Caixa Geral de Depósitos, no âmbito da liquidação do Fundo Imobiliário Fechado Porto d'Ouro.

Lembrou que aquele Fundo foi criado em 2009, com um capital de perto de 17 milhões de euros e foi apresentado pelo Executivo PSD/CDS-PP como um projeto pioneiro de Parceria Público-Privada, mas tal como aconteceu com outras PPP também aquela não salvaguardou nem defendeu o interesse público da cidade, da Autarquia e do Estado, tendo como único objetivo permitir que o então Executivo tapasse os buracos da sua gestão financeira e apresentasse contas certas.

Deu conta que o BE não está contra a liquidação daquele Fundo Imobiliário, mas está contra tudo aquilo que aquele processo trouxe à cidade, designadamente o despojar a cidade património municipal de valor tão significativo.

Informou que o seu Grupo Municipal vai votar contra aquela proposta.



**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** considerou que a forma como o Bloco de Esquerda coloca as questões é absolutamente deplorável.

Explicou que não vai ser feita nenhuma auditoria, nem foi isso que foi solicitado em Executivo, porque, naquele caso, não existem questões procedimentais ou processuais, para além de estar convicto de que aquele processo já foi escrutinado pelo Tribunal de Contas.

Disse que aquilo que vai ser feito, e que foi solicitado em reunião do Executivo, é uma avaliação económica e financeira dar a conhecer como é que o processo decorreu. Reiterou que a avaliação económico-financeira será feita externamente e depois os Senhores Deputados poderão aferir, de acordo opinião de cada um, se foi um bom ou mau negócio para a Câmara Municipal.

**O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD)** referindo-se ao comentário feito pelo Senhor Deputado Artur Ribeiro, recordou que o Dr. Rui Rio foi eleito três vezes para Presidente da Câmara Municipal do Porto, ou seja, houve uma opinião favorável relativamente aos seus mandatos por parte do povo do Porto. Disse que, segundo aquilo que lhe foi transmitido, em 2009, num momento de grande crise económica e financeira, a Câmara Municipal recorreu a um crédito limitado para fazer face à necessidade de reforço de tesouraria, ao qual era vulgar recorrer-se, ou seja, tratou-se de uma locação financeira para recompra do património, não lhe parecendo que isso seja o monstro de dúvidas e de suspeições que se estão a levantar.

Afirmou que, naquela altura, o Município não perdeu absolutamente nada. Aquilo que fez foi financiar-se na CGD – Caixa Geral de Depósitos com 8 milhões de euros, sendo que o que pode ser criticável é apenas se a avaliação dos terrenos foi boa ou má.

Disse que só por ironia ou por piada se podia fazer a afirmação de que a Câmara sofre por causa da gestão do Partido Social Democrata, afirmando que se o Dr. Rui Rio foi obrigado a financiar-se foi justamente porque herdou, em 2001, uma Câmara numa situação de falência absoluta, recordando os buracos financeiros provocados pela Capital Europeia da Cultura e pelo Euro 2004 e também todas as situações de má gestão que herdou do Eng.º Nuno Cardoso.



Deu nota que o PSD vai votar a favor do Fundo Porto d'Ouro, justamente porque entende que não há motivos nem falta de recursos económicos e financeiros da parte da Câmara para o manter.

**O Senhor Deputado Rui Sá (CDU)** deu conta que, em 2009, como Vereador do Executivo, votou contra aquele Fundo Imobiliário por entender que o então Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Rio, estava a tentar suprir a dificuldade que teve em várias hastas públicas em que não houve interessados, agregando-lhe depois um conjunto de edifícios para vender. Disse que, na altura, a CDU considerou completamente errado que edifícios fundamentais para a Câmara Municipal do Porto, onde estavam instalados os seus serviços essenciais, fossem integrados naquele Fundo Imobiliário.

Referiu que o que está em causa é se aquele Fundo deve ou não ser extinto e se aquilo que é proposto é ou não vantajoso para a Câmara Municipal. Disse que pagar cerca de quatro milhões de euros para a Autarquia reaver todos aqueles imóveis, que já foram municipais, parece-lhe positivo, por isso, o seu Grupo Municipal vai votar favoravelmente.

Concordou com o Senhor Presidente da Câmara quando disse que não lhe parecia adequado serem os Serviços municipais que estiveram envolvidos em todo o processo de constituição do Fundo a fazerem aquele trabalho, admitindo que aquela é uma das situações que pode justificar uma subcontratação.

Disse que a CDU vai ficar à espera dos resultados da avaliação deve e haver daquele Fundo Imobiliário, esperando que ainda cheguem no atual mandato.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira**, informou que não se pode comprometer com um prazo para que o estudo seja disponibilizado no atual mandato, uma vez que a contratação pública exige que se façam consultas, que estão a decorrer, sendo que, com o período de Verão que se avizinha, não lhe parece prudente garantir uma data.

Agradeceu ao Senhor Deputado Rui Sá a compreensão relativamente ao não envolvimento dos Serviços naquele processo.

Afirmou que aquela não é uma situação inédita na Câmara Municipal do Porto, recordando o resgate do *leasing* do Palácio dos Correios, que já vinha do tempo



do Dr. Fernando Gomes, ou seja, aquele modelo já foi aplicado anteriormente e é utilizado frequentemente pelos municípios.

**Deliberação: Aprovada, por maioria, com 43 votos a favor (21 RM + 12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 1 PAN) e 3 votos contra (BE).**

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a Sessão, eram 23h50.

O Presidente da Assembleia Municipal



Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária



Paula Ribeiro de Faria



**ANEXO:** Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido relativa à Moção “Em memória das vítimas da rede bombista”, subscrita pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido

**Declaração de Voto**

Na Reunião Ordinária da Assembleia Municipal do Porto de 21 de Junho de 2021, aquando da discussão e votação da Moção “Em memória das vítimas da rede bombista” apresentada pelo Bloco de Esquerda, o Grupo Parlamentar Rui Moreira, Porto, o nosso Partido, votou esta favoravelmente, anunciando a apresentação da presente Declaração de Voto.

A morte de qualquer ser humano, suscita-nos sempre respeito e pesar. Quando se trata de vítimas de violência, ao pesar junta-se a condenação inequívoca do perpetrador dessa mesma violência. Sem tergiversações, e em plena verdade de princípios, lamentamos as vítimas e condenamos os seus algozes. Este é um princípio geral e abstrato, para nós, não há vítimas a considerar e vítimas a obliterar, não há assassinos bons e assassinos a branquear. O que nos move é o humanismo, o respeito pela dignidade humana, pela igualdade e pela liberdade, não é a ideologia, a cor da pele ou a orientação sexual. Não instrumentalizamos vítimas para manifestos políticos de oportunidade, respeitamos a sua memória.

Não compreendemos, por isso, que na Moção em causa não conste uma única referência às vítimas do terrorismo político de extrema-esquerda, que não haja uma condenação de todo o tipo de violência política, independentemente da ideologia. Os que morreram violentamente às mãos das FP-25 não têm menor dignidade do que os mortos da rede bombista. Acima de tudo, não merecem ser apagados da história pelo revisionismo radical e profundamente anti-democrático que iniciativas destas encerram. Os criminosos são rigorosamente todos condenáveis, sendo profundamente reprovável o branqueamento que o Bloco de Esquerda fez no seu meio de comunicação oficial, aquando da morte do terrorista assassino Pedro Goulart, fundador do PRP-BR com Isabel do Carmo e Carlos Antunes. Para o Bloco de Esquerda, no tal epitáfio, como na presente Moção, não houve espaço para as vítimas.

O Grupo Parlamentar Rui Moreira, Porto, o nosso Partido, lamentará sempre qualquer vítima de violência, votará sempre em consciência e consequência, mas recusa o revisionismo histórico, o aviltamento da memória, o desrespeito pela vida, o branqueamento de criminosos. O nosso voto favorável nesta Moção quis significar muito mais, não se deixando encarcerar no cinismo sectário, foi um voto por estas e por todas as vítimas de violência política, independentemente da ideologia de vítimas e criminosos.

Porto, 23 de junho de 2021